

**UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**INCLUSÃO SOCIAL: ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS  
PÚBLICAS DE SANTOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

**Lais Miranda**

**Stephanie Edelstein**

**Orientador: Dr. Evandro Prestes Guerreiro**

**SANTOS / SP**

**2019**

**LAIS MIRANDA  
STEPHANIE EDELSTEIN**

**INCLUSÃO SOCIAL: ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS  
PÚBLICAS DE SANTOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

Trabalho de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais e Comunicação da Universidade Paulista como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**Orientador: Dr. Evandro Prestes Guerreiro**

**SANTOS / SP**

**2019**

Edelstein, Stephanie Fernandes; Miranda, Lais

Inclusão Social: Acessibilidade Nas Escolas Públicas De Santos Para Crianças E Adolescentes Com Deficiência Física. / Edelstein, Stephanie Fernandes; Miranda, Lais. Santos/SP, 2019. Número de páginas p.

Monografia (Trabalho de Curso)  
Universidade Paulista - UNIP, 2019.

Instituto de Ciências Humanas – ICH  
Curso de Serviço Social

Orientador: Dr. Evandro Prestes

1. Inclusão Educacional
2. Acessibilidade
3. Deficiência Física

**Curso de Serviço Social**

**UNIP / Campus Santos / Período Noturno ou Matutino**

**2019**

**LAIS MIRANDA**

**STEPHANIE EDELSTEIN**

---

---

---

---

---

---

---

**Inclusão Social: Acessibilidade Nas Escolas Públicas De Santos Para Crianças E Adolescentes Com Deficiência Física**

**Comissão Examinadora:**

---

**Examinador (1)**

---

**Examinador (2)**

---

**Examinador (3)**

---

**Coordenador de Curso**

**Observações:** \_\_\_\_\_

---

---

**DATA DA APROVAÇÃO:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Dedicamos este trabalho a todas as famílias com crianças ou adolescentes com deficiência física que vivenciam situações de exclusão social dentro das escolas públicas de Santos.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por nos ajudar a chegar até aqui, nos capacitando, nos fortalecendo e nos dando saúde.

A universidade e todos os nossos professores que contribuíram diretamente com o nosso conhecimento, em especial a professora Fausta Melo que nos embasou em diversos momentos.

Ao nosso orientador Doutor Evandro Prestes Guerreiro.

E aos nossos familiares que nos apoiaram desde o princípio e não nos deixaram desistir.

A inclusão acontece quando se aprende com  
as diferenças e não com as igualdades.

Paulo Freire

## ÍNDICE

RESUMO .....	IX
ABSTRACT .....	X
LISTA DE SIGLAS .....	XI
LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	XII
LISTA DE QUADROS E TABELAS .....	XIII
<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1. Introdução.....	14
1.2. Tema .....	15
1.2.1. Delimitação do tema .....	15
1.3. Objetivos .....	15
1.3.1. Objetivo geral .....	15
1.3.2. Objetivos específicos .....	15
1.4. Justificativa .....	16
1.5. Problema de pesquisa .....	17
1.6. Hipótese .....	17
1.7. Metodologia .....	17
1.7.1. Tabela de Correlação autoral .....	19
1.7.2. Etapas da pesquisa .....	20
1.8. Cronograma de Pesquisa .....	21
1.9. Orçamento financeiro .....	22
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>23</b>
2.1. Do Feudalismo para o Capitalismo .....	23
2.2. O Capitalismo .....	25
2.3. Revolução Industrial .....	26
2.4. Questão Social .....	28
2.4.1. Questão Social no Brasil .....	29
2.5. Exclusão social da pessoa com deficiência física como questão social .....	29
2.6. Políticas Públicas .....	30

2.7. Os 4 Pilares da Educação e Sua Importância na Escola .....	32
2.8. Garantias Legais para Crianças e Adolescentes com Deficiência Física .....	35
<b>3. APLICAÇÃO DA PESQUISA .....</b>	<b>37</b>
3.1. A síntese da inclusão social para crianças e adolescentes com deficiência física .....	37
3.2. Acessibilidade: conceito e propostas .....	38
3.3. Acessibilidade na educação pelo mundo .....	40
3.3.1. Suécia .....	40
3.3.2. Canadá .....	41
3.3.3. França: Paris é para todos .....	41
3.3.4. Brasil .....	42
3.4. Serviço Social na garantia de direitos da criança e do adolescente com deficiência física .....	44
3.5. Atuação do Serviço Social frente a inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas .....	45
<b>4. RESULTADOS .....</b>	<b>48</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>56</b>
<b>ANEXO A LEI N° 13.146/2015: Estatuto Da Pessoa Com Deficiência .....</b>	<b>58</b>
<b>ANEXO B – LEI N° 9.394/1996: Diretrizes e Bases da Educação Nacional .....</b>	<b>62</b>

## RESUMO

EDELSTEIN, S. F.; MIRANDA, L. **Inclusão Social: Acessibilidade Nas Escolas Públicas De Santos Para Crianças E Adolescentes Com Deficiência Física**. Monografia (Trabalho de Curso - TC) - Instituto de Ciências Sociais e Comunicação - ICSC – Administração de Empresas, Universidade Paulista - UNIP, Santos, 2008.

**Palavras-chave:** Inclusão educacional 1, Acessibilidade 2, Deficiência física 3.

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo apresentar a importância da acessibilidade nas escolas públicas para crianças e adolescentes com deficiência física. Através de pesquisas bibliográficas, dados qualitativos e dados estatísticos, percebe-se a carência brasileira e a desconformidade legal no que diz respeito à educação para pessoa com deficiência. Tal carência atinge não somente a vida dessas pessoas, como também de seus familiares. Neste contexto, cabe ao assistente social uma atuação na garantia de direitos que são assegurados em lei, além de uma articulação, juntamente com uma equipe multidisciplinar, entre o aluno, a família e a escola. Espera-se que, ao final, o projeto, depois de mostrar a realidade da inclusão social, traga uma análise e reflexão sobre as condições de acessibilidade e inclusão social das crianças e adolescentes com deficiência física, a partir da ação das políticas públicas, falta de preparo profissional e falta de investimento na infraestrutura.

## ABSTRACT

EDELSTEIN, S. F.; MIRANDA, L. **Social Inclusion: Accessibility In Public Schools Of Santos For Children And Adolescents With Physical Disability**. Monograph (Work of Course) - Instituto de Ciências Humanas – ICH – Serviço Social, Universidade Paulista - UNIP , Santos, 2019.

**Key words:** Educational inclusion 1, Accessibility 2, Physical disability 3.

The present research project aims to show the importance of accessibility in public schools for children and teenagers with physical disability. Through bibliographic research, qualitative data and statistical data, we can see the Brazilian needs and the legal disagreement about education for the people with deficiency. This need affects not only that people, but also their families. In this context, it is up to the social worker to act in the guarantee of rights that are guaranteed by law, as well as an articulation, together with a multidisciplinary team, between the student, the family and the school. Finally, the project, after showing the reality of social inclusion, is expected to bring an analysis and reflection on the conditions of accessibility and social inclusion of children and teenagers with physical disabilities, based on the action of public policies, lack of professional training and lack of investment in infrastructure.

## LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APATE	Associação Para Atender Todas as Crianças
BPC	Benefício de Prestação Continuada
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICH	Instituto de Ciências Humanas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
SOME	Social Meeting
UNIP	Universidade Paulista

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Evasão escolar de pessoas com deficiência entre 4 e 17 anos .....	42
<b>Figura 2</b> – Alunos de inclusão atendidos em classes regulares .....	48
<b>Figura 3</b> – Número de escolas com salas de recursos multifuncionais para AEE (Atendimento Educacional Especializado) .....	50
<b>Figura 4</b> – Número de escolas que possuem banheiros, dependências e vias adequadas a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida .....	52
<b>Figura 5</b> – Número de professores da educação básica com formação em educação especial .....	53

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Correlação autoral .....	19
<b>Tabela 2</b> – Cronograma de pesquisa .....	21
<b>Tabela 3</b> – Orçamento financeiro .....	22
<b>Tabela 4</b> – Total de alunos matriculados em classes regulares x Alunos de inclusão atendidos em classes regulares .....	49
<b>Tabela 5</b> – Total de escolas na rede pública de Santos x Escolas com salas de recursos para AEE .....	50
<b>Tabela 6</b> – Total de escolas na rede pública de Santos x Escolas com dependências adaptadas .....	52
<b>Tabela 7</b> – Total de professores da educação básica x Professores com formação em educação especial .....	53

## **1. APRESENTAÇÃO**

O primeiro capítulo está dividido em seis seções que abrange a introdução, os objetivos geral e específico, a justificativa, o problema, a hipótese e a metodologia aplicada no trabalho.

### **1.1. Introdução**

A falta de acessibilidade para crianças e adolescentes com deficiência física nas escolas públicas é causa de grande exclusão social para essas pessoas.

Para a criação de condições objetivas de acessibilidade é necessário garantir os direitos das crianças e adolescentes através de uma articulação intersetorial na implementação das políticas públicas, promovendo a inclusão social nas escolas públicas de Santos. Juntamente com a capacitação e aumento da oferta no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e com maiores investimentos na infraestrutura.

O artigo 27 do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) estabelece a educação como direito constituído à pessoa com deficiência, assegurando sistema de educação inclusivo em todos os níveis, deixando claro, no parágrafo único, que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à criança e ao jovem com deficiência, colocando-os a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

O assistente social possui, conforme a Lei 8.662 (1993), a competência de elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares. Portanto, o papel do Serviço Social diante da expressão em questão é de identificar as necessidades das políticas sociais na área de acessibilidade para crianças e adolescentes cadeirantes nas escolas públicas de Santos e trabalhar em prol da garantia de direitos destas pessoas.

A presente pesquisa tem o objetivo de mostrar a realidade da inclusão social com a acessibilidade de crianças e adolescentes com deficiência física no ambiente escolar. Para tanto, são feitas análises, tais como: identificação do nível e do tipo de preparação profissional especializada; apontamentos da exclusão social e mapeamento da acessibilidade no quesito da infraestrutura nas escolas públicas.

Espera-se ao final poder contribuir para a reflexão sobre as possíveis soluções nas Políticas Públicas municipais inclusivas, na capacitação profissional especializada e nos investimentos para uma infraestrutura adaptada.

## **1.2. Tema**

Crianças e adolescentes com deficiência física.

### **1.2.1. Delimitação do tema**

Inclusão social – acessibilidade nas escolas públicas de Santos para crianças e adolescentes com deficiência física.

## **1.3. Objetivos**

### **1.3.1. Objetivo geral**

Identificar até que ponto a legislação é aplicada e mostrar a realidade da inclusão social com a acessibilidade de crianças e adolescentes com deficiência física no ambiente escolar das escolas públicas de Santos.

### **1.3.2. Objetivos específicos**

- a) Identificar o nível e o tipo de preparação profissional especializada para lidar com a deficiência física.
- b) Apontar como ocorre a exclusão social no ambiente escolar.
- c) Mapear a acessibilidade no quesito da infraestrutura nas escolas públicas.
- d) Caracterizar a acessibilidade a partir dos direitos sociais legais.

#### **1.4. Justificativa**

A questão social é o objeto de intervenção do Assistente Social e suas expressões são claramente percebidas no ambiente escolar, onde o profissional deve atuar junto aos alunos, escola e famílias. Quanto menor for a qualidade da educação em uma região, maiores e mais diversas são as expressões da questão social.

A educação ajuda no desenvolvimento não só do país, mas do indivíduo em si. É por meio dela que ocorre o desenvolvimento social, econômico e cultural. Quando existe a garantia do direito da educação de qualidade, outros direitos acabam sendo assegurados também.

Com as crianças e adolescentes com deficiência física não é diferente. Eles precisam ter acesso à educação de qualidade para que possam ter seu desenvolvimento assegurado e a exclusão social dessas pessoas seja cada vez menor, até que seja extinta.

A falta de preparo de profissionais para que se qualifiquem para atuar na formação de crianças e adolescentes com deficiência física e de acompanhamento com uma equipe multidisciplinar, deixam a questão da inclusão social nas escolas sem uma estrutura eficiente, sendo bonita apenas na teoria.

A inclusão escolar da pessoa com deficiência física é de suma importância para o seu crescimento e desenvolvimento. A educação proporciona uma formação que preparará a pessoa com deficiência para o mercado de trabalho e para uma vida inteira com condições dignas de acesso aos seus direitos.

No espaço escolar existem inúmeras possibilidades de atuação no enfrentamento da questão social, portanto, o Assistente Social, profissional configurado como agente mediador das políticas sociais e da cidadania, deve ter seu espaço de intervenção inserido nesse contexto para que possa contribuir com a inclusão das crianças e adolescentes com deficiência física nas escolas.

Ao pesquisar sobre o tema, percebe-se uma grande escassez de material científico abordando o assunto. Portanto, este estudo busca contribuir na efetivação da acessibilidade e da inclusão social para crianças e adolescentes com deficiência física nas escolas.

### **1.5. Problema de pesquisa**

A acessibilidade para crianças e adolescentes com deficiência física nas escolas públicas de Santos é um eixo fundante da inclusão social, ou seja, sem acesso à primeira, não existe a segunda.

Para tanto, como se podem criar condições objetivas de acessibilidade para crianças e adolescentes com deficiência física, fazendo com que elas se sintam incluídas socialmente nas escolas públicas de Santos?

### **1.6. Hipótese**

A garantia dos direitos para crianças e adolescentes com deficiência física através de uma articulação intersetorial na implementação das políticas públicas, juntamente com a capacitação profissional e com maiores investimentos na infraestrutura é um caminho para promover a inclusão social nas escolas públicas de Santos.

### **1.7. Metodologia**

ANDRADE (2001) expressa que a pesquisa científica é um procedimento baseado no raciocínio lógico, que encontra solução para problemas propostos utilizando-se de métodos científicos. Dessa forma, métodos científicos são os caminhos que a ciência busca para aumentar o conhecimento.

O conhecimento científico lida com fatos, ou seja, ele é real, isto é, com toda "forma de existência que se manifesta de algum modo" (FRUJILLO, 1974). A veracidade das hipóteses se dá não apenas pela razão, mas pela experiência. (LAKATOS, 2003)

A pesquisa é desenvolvida a partir de conhecimentos disponíveis e adoção de métodos e técnicas de investigação. Pode ser classificada com base em seus objetivos gerais como exploratória, descritiva e observacional ou explicativa. De acordo com o emprego de instrumentos, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica, estudos de campo, estudos de casos, experimental, análise de dados, pesquisa ex post facto, pesquisa ação ou pesquisa participante.

O presente estudo faz uso da pesquisa bibliográfica, que é desenvolvida com base em material já elaborado, formado principalmente por textos. Seu objetivo é reunir as

informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir de determinado tema.

Na etapa da coleta de dados é feita a pesquisa de campo propriamente dita. Para obter sucesso neste processo é necessário ter paciência e persistência. Lakatos (2003, p.166) pontua os procedimentos para a realização da coleta de dados em:

1. Coleta Documental
2. Observação
3. Entrevista
4. Questionário
5. Formulário
6. Medidas de opiniões e atitudes
7. Técnicas mercadológicas
8. Testes
9. Sociometria
10. Análise de conteúdo
11. História de vida

### 1.7.1. Tabela de correlação autoral

Abaixo segue tabela com os cinco principais autores que fundamentam a pesquisa:

**Tabela 1 – Correlação autoral**

<b>Autor</b>	<b>Referência</b>	<b>Fundamento</b>
Maurice Dobb	DOBB, Maurice. <b>A transição do feudalismo para o capitalismo.</b> Traduzido por Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 247 p. (Pensamento crítico; 18).	Momento da transição do feudalismo para o capitalismo, análise fundamental para compreensão do surgimento do capitalismo.
José Paulo Netto	NETTO, J. P. <b>Capitalismo monopolista e Serviço Social.</b> São Paulo: Cortez, 2011.	Questão social no contexto da sociedade capitalista.
Marilda Yamamoto	IAMAMOTO, M.V. <b>A questão social no capitalismo.</b> Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.	Análises e definições sobre a questão social
Maria Cristina Piana	PIANA, Maria Cristina. <b>A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.</b> São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.	Texto destaca a ação e importância do profissional de Serviço Social na política da educação
Marcela Mary José Silva	SILVA, Marcela Mary José. <b>Serviço Social na Educação: teoria e prática.</b> 2 ed. Campinas: Papel social, 2016.	Abordagem sobre a atuação do assistente social na educação na teoria e na prática.

### 1.7.2. Etapas da pesquisa

Etapa 1 – Orientação científica: Nesta etapa a equipe de pesquisadores se reuniu com a orientação para estruturar a pesquisa e as etapas.

Etapa 2- Pesquisa Bibliográfica: Nesta etapa foram realizadas pesquisas sobre o tema de crianças e adolescentes com deficiência física nas escolas, percorrendo as garantias legais na Constituição Federal e Estatutos específicos de pessoas com deficiência e de Crianças e Adolescentes.

Etapa 3 – Artigo Científico: Nesta etapa foi elaborado um artigo científico para o Seminário Internacional – Social Meeting – SOME 2018 com o objetivo de mostrar a realidade da inclusão social e identificar como estão as políticas sociais na área de acessibilidade para crianças e adolescentes com deficiência física nas escolas públicas de Santos.

Etapa 4 – Coleta de Dados: Nesta etapa foram realizadas pesquisas de dados estatísticos em fontes como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para obtenção de informações sobre as políticas sociais de acessibilidade nas escolas públicas de Santos para crianças e adolescentes com deficiência física.

Etapa 5 – Tabulação de Dados: Nesta etapa foram organizados os dados coletados para que pudessem ser analisados.

Etapa 6 – Análise de Dados: Nesta etapa foi realizada uma análise e comparação entre o que a lei assegura como direito para crianças e adolescentes com deficiência física nas escolas e o que os dados revelam sobre a realidade atual nos quesitos de infraestrutura, capacitação profissional e políticas públicas.

Etapa 7 – Elaboração do Relatório Científico: Nesta etapa foi elaborado o trabalho de pesquisa, contendo introdução, objetivos, justificativa, problema de pesquisa, hipótese, metodologia, fundamento teórico, aplicação da pesquisa e conclusão.

Etapa 8 - Revisão do Relatório Científico: Nesta etapa foi realizada a revisão de tudo o que foi elaborado.

Etapa 9 – Qualificação Técnica: Nesta etapa foi possível obter conhecimentos técnicos-científicos para que pudessem ser aplicados no presente trabalho.

Etapa 10 – Comunicação: Nesta etapa foi realizada a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) diante da banca examinadora para obtenção de diploma de Bacharelado em Serviço Social na Universidade Paulista – UNIP.

### 1.8. Cronograma de Pesquisa

**Tabela 2** – Cronograma de Pesquisa

	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12
Orientação científica												
Pesquisa bibliográfica												
Artigo científico												
Coleta de dados												
Análise de dados												
Revisão do relatório científico												
Comunicação												

**1.9. Orçamento Financeiro****Tabela 3 – Orçamento financeiro**

<b>Recursos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Livros	Compra de livros para realizar pesquisas bibliográficas	R\$120
Mobilidade	Passagens de ônibus e gasolina para deslocamentos	R\$100
Impressão	Impressão de materiais auxiliares e da pesquisa para entrega	R\$70
Faculdade	Mensalidades da faculdade da equipe de pesquisadores no período de um ano	R\$16.800
<b>TOTAL</b>		<b>R\$17.090</b>

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Do Feudalismo para o Capitalismo

O Feudalismo foi o termo dado à organização política, econômica e social vivenciada na Europa Centro-Occidental entre os séculos V e XV. O nome tem origem nos feudos que eram as unidades de habitação e produção naquele período. O feudo era formado pelo senhor feudal, por escravos e camponeses. (DOBB, 1977)

O termo Feudalismo descreve não somente uma organização econômica ou política, mas toda uma ordem social, sendo sua principal característica o domínio dos senhores feudais sobre o resto da sociedade.

Havia um elemento de instabilidade encontrado no crescimento populacional do Feudalismo, a estrutura imposta limitava o número de produtores capazes de empregar, inibindo a expansão generalizada. A população excedente contribuía para a instabilidade e insegurança. (DOBB, 1977)

Para Dobb (1977), o declínio do Feudalismo ocorre por conta da presença da “economia de troca”, que é responsável por causar a desintegração da ordem econômica da “economia natural”. Ou seja, para ele, a causa da queda do feudalismo foi a exploração da força de trabalho.

Nesse período, os centros urbanos, que estavam em rápido crescimento, oferecem liberdade de emprego e melhoria de posição social, atraindo a população rural explorada e oprimida. Os burgueses que precisavam de mão-de-obra fizeram de tudo para facilitar essa evasão. No século XIV, o feudalismo europeu ocidental entrou em um período de crise aguda, sendo causada a sua desintegração. (DOBB, 1977)

Não foi a luta de classes dos camponeses contra os senhores feudais que deu origem ao capitalismo de maneira simples e direta. Na verdade, essa luta modificou a dependência do pequeno modo de produção, caminhando para a libertação do pequeno produtor da exploração feudal. (WOOD, 2001)

A transição entre o feudalismo e o capitalismo não deve ser analisada apenas como uma transformação nos quesitos econômicos e sociais. A questão de análise fundamental é a mudança nas formas de existência social da força de trabalho. (WOOD, 2001)

Os modos de produzir e de existir anteriores ao capitalismo são analisados com o objetivo de demonstrar a formação da desigualdade no interior das sociedades por meio das relações de produção e das forças produtivas. Tais desigualdades foram intensificadas até que alcançaram seu ápice no modo de produção capitalista.

Existem muitos estudos, debates e controvérsias a respeito da especificidade do Capitalismo e, dentre eles, há uma explicação que naturaliza o surgimento do sistema capitalista na história das sociedades do passado, o que é questionado por Ellen Wood (2001) em sua obra “A Origem do Capitalismo”:

Quase sem exceção, os relatos sobre a origem do capitalismo são fundamentalmente circulares: presumem a existência prévia do capitalismo para explicar o seu aparecimento. No intuito de explicar o impulso de maximização do lucro que é característico do capitalismo, pressupõem a existência de uma racionalidade universal maximizadora do lucro; para explicar o impulso capitalista de aumentar a produtividade do trabalho através de recursos técnicos, pressupõem um progresso contínuo e quase natural do aprimoramento tecnológico na produtividade do trabalho. Essas explicações paralogísticas têm sua origem na economia política clássica e nas concepções iluministas de progresso [...]. Na maioria das descrições do capitalismo e de sua origem, na verdade não há origem. O capitalismo parece estar sempre lá, em algum lugar, precisando apenas ser libertado de suas correntes – dos grilhões do feudalismo, por exemplo – para poder crescer e amadurecer. Caracteristicamente, esses grilhões são políticos: os poderes senhoriais parasitários ou as restrições de um Estado autocrático. Às vezes, são culturais ou ideológicos – a religião errada, quem sabe. Essas restrições limitam a livre movimentação dos agentes econômicos, a livre expressão da racionalidade econômica [...]. Esse pressuposto costuma ser tipicamente associado a um outro: o de que a história é um processo quase natural de desenvolvimento tecnológico. De um modo ou de outro, o capitalismo aparece, mais ou menos naturalmente, onde e quando os mercados em

expansão e o desenvolvimento tecnológico atingem o nível certo [...]. O efeito dessas explicações é enfatizar a continuidade entre as sociedades não-capitalistas e capitalistas, e negar ou disfarçar a especificidade do capitalismo. (WOOD, 2001, P.13)

A autora (WOOD, 2001), em sua intenção de definir a origem e a especificidade do capitalismo, procura rever a questão da “naturalidade” do sistema, sendo sua principal intenção “questionar a colocação do capitalismo como algo natural e destacar suas maneiras particulares de representar uma forma social historicamente específica, bem como uma ruptura com formas sociais anteriores”, isto tudo porque pensar “em alternativas futuras ao capitalismo exige que exploremos concepções alternativas de seu passado” (WOOD, 2001, p. 17.). Ou seja, Wood defende que para que o capitalismo seja superado é necessário entendê-lo dentro de sua historicidade, entender o que aconteceu antes e como deu início.

## 2.2. O Capitalismo

A principal característica do capitalismo é que os meios de produção estão detidos nas mãos de uma minoria, de uma única classe social: a burguesia. Enquanto isso, o trabalhador tem que vender a sua força de trabalho para que possa obter condições mínimas de sobrevivência.

Nesse cenário, o homem explora o próprio homem. Essa exploração é fundada na utilização da capacidade de produção, na força de trabalho do operariado durante um período de tempo em troca de um salário. Mas, ao colocar na ponta do lápis, o valor produzido pelo trabalhador durante sua jornada de trabalho é muito maior do que o valor recebido em seu salário. Marx (1867) chama isso de mais-valia, onde o lucro da burguesia está colocado no excedente entre o valor pago em salário para o operariado e o produzido pelo mesmo. Essa é a base para a acumulação do capital.

Dessa forma, uma nova maneira de viver da sociedade está colocada: os camponeses que migraram para os centros urbanos começam a vender sua força de trabalho, transformando-se em assalariados, tornando-se a classe operária; os antigos artesãos (principalmente os mestres das corporações) começaram a contratar esses assalariados,

passando a acumular o capital e a se constituir enquanto burguesia, contribuindo, assim, para a gênese do capitalismo.

Um outro fator importante que colaborou para dar origem ao capitalismo foi o Renascimento Comercial. A abertura das rotas de comércio no mar Mediterrâneo e a intensificação das trocas dentro do continente europeu facilitaram a realização de trocas dos excedentes produzidos de forma ainda mais intensa. (WOOD, 2001)

A mercantilização da produção contribuiu ainda mais para a desintegração da sociedade feudal, que já estava em crise. Nesse contexto, os centros urbanos estavam sendo interligados, enfraquecendo a produção agrícola. As práticas financeiras começaram a se desenvolver, garantindo a comercialização, além de formar um capital bancário, que serviria para a abertura de crédito às trocas comerciais.

### 2.3. Revolução Industrial

A Revolução Industrial se iniciou na Inglaterra no século XVIII. No começo, foi apenas o desenvolvimento de novas técnicas de produção de mercadorias. Estas novas técnicas foram instituídas no contexto da nova forma de divisão social do trabalho. As bases dessa revolução estão colocadas na transição da forma de viver da Idade Média (feudalismo) para a produção em manufaturas (capitalismo). (ENGELS, 1985)

Na Idade Média, nas corporações de ofício, os artesãos tinham sua própria forma de produção, possuíam suas próprias ferramentas e matérias-primas e eram apenas supervisionados por um mestre-artesão. Já na manufatura, esses mestres-artesãos passaram a se apropriar dos meios de produção, transformando os outros artesãos em apenas trabalhadores assalariados, que não detinham seu próprio meio de produção. (ENGELS, 1985)

Na nova forma de produção colocada, o artesão não tem mais conhecimento de todo o processo de produção de uma mercadoria. Agora, cada trabalhador seria responsável por executar apenas uma parte do processo de produção, cabendo ao burguês o controle de todo o processo.

A produção de mais-valia e a acumulação do capital proporcionaram à burguesia investimentos em pesquisas científicas voltadas para aprimorar as técnicas de produção. Isso resultou no surgimento de uma nova maquinaria, inicialmente movida a vapor. As novas técnicas de produção aliadas à nova maquinaria aprofundou a divisão social do trabalho e

ampliou a exploração do trabalhador. Houve o aumento da produtividade, criando a grande indústria.

No início da Revolução Industrial já foi colocada a mais-valia, onde o homem explora o próprio homem e o trabalhador deve vender sua força de trabalho para obter condições mínimas de sobrevivência.

O crescimento urbano no Reino Unido aliado ao processo de industrialização trouxe condições de vida e trabalho péssimas para o operariado. Eles trabalhavam e moravam em locais insalubres, recebendo baixos salários.

Desse contexto histórico e social, começaram a surgir greves e lutas por melhores condições de vida. Os burgueses tiveram que aceitar algumas das reivindicações, mas ao mesmo tempo reprimiram duramente outras. No meio dessa experiência, os trabalhadores adquiriram uma consciência econômica e política de sua própria situação social, o que os levou a se formarem enquanto uma classe social específica: o operariado.

A partir desse confronto da burguesia e o operariado, a sociedade capitalista foi se desenvolvendo. A Revolução Industrial transformou a sociedade mundial ao tornar o capitalismo uma realidade em todos os países.

O capitalismo se mostrou mais presente a partir da Revolução Industrial e isso redefiniu a relação capital e trabalho. À medida que emergia um padrão de acumulação do capital centrado na expansão industrial, ia se formando o operariado assalariado, que não possuía autonomia, pois não possuía recursos para trabalhar por conta própria. Nessa relação, o trabalhador, como propriedade da burguesia, tem o seu preço atrelado ao valor de procura no mercado, como um produto de consumo. (ENGELS, 1985)

Quando a procura estava baixa, o dinheiro ficava escasso e a classe trabalhadora, sem poder alcançar suas necessidades básicas para sobrevivência, era considerada como “massa utilizável”. Como Engels (1985) diz em sua obra sobre a situação da classe operária na Inglaterra: “[...] os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto que ao grande número de fracos, aos pobres, não lhes restam senão a própria vida, e nada mais” (ENGELS, 1985, p.36).

A busca de emprego constante provocava a superpopulação nas cidades, que não estavam preparadas para suportar tantas pessoas desempregadas. Essas pessoas se colocavam nos grandes centros urbanos para ficar perto dos possíveis trabalhos, o que piorou ainda mais a situação das habitações precárias nos porões e cortiços.

## 2.4. Questão Social

O termo questão social surge na Europa Ocidental a partir do século XIX inserida em um contexto marcado pela consolidação do capitalismo em face dos processos de industrialização e urbanização que vinham acontecendo. (IAMAMOTO, 2001)

A pobreza colocada em meio ao operariado chama atenção não somente pela quantidade, mas também pela “qualidade”. A partir do capitalismo, “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2011, p.153).

Para Netto, a questão social tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital (NETTO, 2011, p.159).

A consolidação do capitalismo juntamente com a acumulação do capital colocam de forma sócio histórica as condições emergenciais e o desenvolvimento da questão social.

A raiz da questão social está na reprodução do capital, ou seja, a superação da questão social só é possível com a superação do sistema de exploração capitalista.

Em suma, a história da questão social pode ser colocada como um ciclo que começou com a Revolução Industrial, trazendo consigo o desenvolvimento e em contrapartida às desigualdades, o que desencadeou a super exploração da força de trabalho. Nesse contexto, há uma dependência do capitalismo mundial, onde a riqueza fica concentrada nas mãos de uma pequena minoria e o trabalhador deve vender sua força de trabalho por condições mínimas de sobrevivência. Aliada a toda situação colocada, há, ainda, a ausência de serviços básicos oferecidos pelo Estado. A globalização juntamente com o aumento da tecnologia no mercado de trabalho, insere-se a exclusão social e o consumo desenfreado. (IAMAMOTO, 2001)

Para Marilda Iamamoto (2001), a definição da questão social pode ser colocada como:

[...] conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...]expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. [...] Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2001, p.17)

Ou seja, dentro da questão social existem as expressões da questão social que estão colocadas no contexto das desigualdades na sociedade capitalista tanto na área econômica, quanto política e cultural dos grupos sociais.

#### 2.4.1. Questão Social no Brasil

A característica do processo de modernização do Brasil foi a não incorporação de numerosos segmentos da população aos setores modernos da economia, da sociedade e do sistema político. As principais explicações para a vigência de longos períodos de pobreza são de ordem econômica, mas também com forte ligação com instituições políticas e culturais. (IAMAMOTO, 2001)

Com a intensificação do processo de industrialização, veio um impulso significativo rumo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Essas mudanças no contexto sócio-político e econômico brasileiro iniciaram com a Revolução de 1930.

Na medida em que se consolidava a industrialização, a concentração de renda crescia, junto disso, crescia também as desigualdades sociais, aumentando as tensões nas relações de trabalho e agravando a questão social no Brasil

Hoje, o Brasil é um país em que a grande maioria de seus habitantes vive nos centros urbanos. Os níveis de pobreza e desigualdade são muito maiores, estando entre os piores do mundo. Em sua maioria, a pobreza é urbana, localizada na periferia das grandes cidades.

#### 2.5. Exclusão social da pessoa com deficiência física como questão social

A desigualdade, característica marcante na estrutura social brasileira, é um fenômeno complexo e traz diversos impactos, em especial sobre a condição de pobreza relacionada à precariedade do acesso à educação. O direito à educação, que é garantido na Constituição Federal de 1988, torna-se prejudicado, gerando exclusão e vulnerabilidade.

A exclusão social é mais do que uma expressão, é uma forma de violência à dignidade humana, pois impede que o indivíduo exerça a sua cidadania. A inexistência de inclusão social no âmbito educacional é realidade na vida de muitas pessoas por diversos motivos: etnia, cor, renda, deficiência física, entre outros.

A exclusão social da pessoa com deficiência física faz parte da história brasileira, desde o começo da nação. Nessa época, nas tribos indígenas, a criança que nascia com algum tipo de deformidade física era atirada nas montanhas, pois eles acreditavam que não poderiam ter uma vida como de uma criança tida como normal.

Atualmente, a exclusão da pessoa com deficiência ainda acontece, porém já ocorreram grandes avanços. Na década de 50, foi a primeira vez em que a pessoa com deficiência foi lembrada e se iniciou a Educação Especial nas entidades assistenciais, porém ainda com práticas caritativas e com cuidados familiares, com caráter assistencialista.

Um grande marco para a proteção social das pessoas com deficiência foi a Constituição Federal de 1988, onde criaram dispositivos para que a inclusão social fosse garantida. O inciso III do artigo 208 prevê que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

## 2.6. Políticas Públicas

O objetivo central é avaliar o processo da execução da política de educação para inclusão da pessoa com deficiência. Destacando a ação e a importância do profissional de serviço social na política da educação e visando novos meios para executar essa política.

A política pública é de responsabilidade do Estado, dotado de poder para definir e gerir as políticas sociais e os direitos garantidos constitucionalmente aos cidadãos, ou seja, é um Estado em ação. Entende-se de políticas educacionais em áreas específicas de intervenção, como políticas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior, ou seja, compreender a educação como uma esfera de planejamento de políticas. Política e educação possuem a mesma natureza, pois podem tanto transformar e reproduzir.

É de suma importância entender o papel do Estado, que na prática vê-se que ele minimiza e não resolve o problema, o Estado atua como regulador das relações sociais a serviço da conjuntura das relações capitalistas, ele aparece com o galanteador de direitos para sociedade, porém favorece a classe burguesa. Sendo que é seu dever garantir a preservação dos direitos individuais, sem interferir nas esferas da vida pública, na economia e na propriedade privada, ou seja, temos um Estado controverso.

A legislação brasileira tem defendido uma educação de qualidade e uma iminente inserção no mercado profissional e no mercado de trabalho, onde todo cidadão tenha acesso. Porém, tais discursos não passam de uma grande ilusão. Por mais que nos dias atuais, as crianças e adolescentes estão matriculados em escolas, elas ainda se sentem excluídas de uma educação participativa, democrática, conscientizadora, dialógica, autônoma e afetiva, uma educação sem investimentos e oportunidades.

Em relação às políticas públicas voltadas para a proteção dos direitos da pessoa com deficiência, existe uma grande ausência como, por exemplo, em suporte voltado a cada deficiência, o não cumprimento da lei perante os direitos e até mesmo falta de debates sociais para obterem conhecimento, pois pela sociedade o deficiente é visto como um incapaz, como um problema.

O objetivo da educação inclusiva é incluir as crianças deficientes com qualquer tipo de deficiência, na escolar regular e assim, rompendo com preconceitos.

Em 1986 a inclusão social se concretizou nos EUA, com a chegada de crianças com deficiência leves e moderadas, que foram inseridas na escola regular.

A inclusão escolar é prevista pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394 de 20/12/1996, da Constituição Federal Brasileira. É considerado marco conquistado após muitos anos de questionamento sobre o tema. A lei é um dispositivo de grande importância para garantir a inclusão. São destacados três aspectos da lei:

Educandos com necessidades especiais são aqueles que possuem necessidades incomuns e, portanto, diferentes dos outros no que diz respeito às aprendizagens curriculares compatíveis com suas idades. Por essa razão só alunos precisam de recursos pedagógicos metodológicos próprios (capítulo III / artigo 4º).

Entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais (Capítulo V / Artigo 58).

Professores com especialização adequada, em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns (Capítulo V / Artigo 59).

Alunos de educação especial, de acordo com a Lei 9.394/96 são classificados como:

**Portadores de deficiência:** Aqueles que apresentam deficiência mental, física, auditiva, visual ou múltipla;

**Portadores de condutas típicas:** Aqueles que apresentam comportamentos típicos de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos com repercussão sobre o desenvolvimento e comprometimento social;

**Crianças de alto risco:** Aqueles que têm o desenvolvimento fragilizado em decorrência de fatores como gestação inadequada, alimentação imprópria, nascimento prematuro, etc.

**Portadores de altas habilidades:** São chamados de superdotados, apresentam elevada potencialidade intelectual, aptidão acadêmica específica, capacidade criativa produtiva, alta performance em liderança, elevada capacidade psicomotora, talento especial para artes.

Reconhecer e valorizar a diferença são aspectos principais para construir uma base política-pedagógica e assim garantindo uma educação para diversidade.

## 2.7. Os 4 pilares da educação e sua importância na escola

Os pilares da educação devem ser o foco das instituições de ensino, especialmente o aprender a ser, já que ele engloba os outros pilares e ajuda no desenvolvimento de não apenas bons alunos, mas ótimos seres humanos. Afinal, educação vai além de matemática e língua portuguesa, é quem somos hoje, quem fomos um dia, quem nossos filhos vão ser e o que o mundo vai se tornar.

Para Delors (2010, p.31), no relatório chamado “Educação: um tesouro a descobrir” elaborado para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, os pilares se qualificam como:

**Aprender a conhecer:** Esse aprendizado pretende que cada pessoa possa conhecer o mundo que a rodeia, conseguindo assim viver dignamente, desenvolver capacidades profissionais e se comunicar. Destaca o prazer pela compreensão, pelo conhecimento e pelo descobrimento. Incentiva a pesquisa individual para o aumento do saber, o despertar da curiosidade intelectual, a formação de um senso crítico e o desenvolvimento de autonomia para a capacidade de discernimento. É necessário antes de tudo, aprender a aprender. Com as muitas informações que se recebe a todo instante, muitas vezes fica-se no “piloto-automático”. Para ocorrer o processo de descoberta, com duração e assimilação profunda, é

essencial exercitar a atenção, a memória e o pensamento. Este pilar é focado principalmente na ideia de como permitir e gerar o aprendizado durante uma vida inteira

**Aprender a fazer:** Este pilar é focado principalmente no desenvolvimento das habilidades de comunicação, o que inclui a capacidade de trabalhar com os outros e de gerenciar e resolver conflitos. Ele se refere à formação do profissional. Fala em como se podem usar os conhecimentos adquiridos na prática, no mercado de trabalho.

Ele precisa ser pensado à luz dos novos avanços tecnológicos, que “desmaterializam” o trabalho. Afinal, a tendência é que as tarefas manuais sejam cada vez mais realizadas por máquinas, e esse fato não deve ser ignorado.

Esse aprendizado deve considerar que, nos dias de hoje, os empregadores estão substituindo a exigência de “competência material” por uma que incorpora qualificação, comportamento social, capacidade de trabalho em equipe, iniciativa e gosto pelo risco. As qualidades humanas, não transmitidas pelas formações tradicionais, ganham destaque neste cenário.

**Aprender a viver juntos:** Diz respeito ao aprendizado da não-violência. Ele parte da premissa de que o combate à intolerância e à violência é mais efetivo se grupos diferentes encontrarem objetivos em comum pelos quais lutar, em vez de simplesmente serem postos um em contato com o outro. Dessa maneira, a hostilidade dá lugar a um espírito colaborativo.

É necessário que, na construção desse aprendizado, haja uma conscientização da interdependência que existe entre todos os seres humanos do planeta. Isso deve começar desde muito cedo. A descoberta do outro passa também pela descoberta de si mesmo.

Propõe-se nesse pilar que haja primeiro a descoberta do outro de forma progressiva. Posteriormente, e para o resto da vida, recomenda-se que os diferentes grupos participem de projetos em comum, em um ambiente igualitário. Esse método poderia evitar ou resolver conflitos que estão latentes.

Para esse aprendizado, é importante que a educação formal reserve tempo para que os estudantes sejam iniciados em projetos de cooperação, que devem ater-se não somente a práticas desportivas e culturais, mas também sociais e humanitárias.

**Aprender a ser:** Nesse pilar, mostra o papel essencial de cada um no todo. Dentro disso está incluído todo o desenvolvimento da criança que foi trabalhado nos outros itens. Trata-se de um desenvolvimento mais amplo que envolve corpo, mente, inteligência, sensibilidade, senso ético, estético e a consciência da responsabilidade individual dentro da sociedade. É, de forma simplificada, o reflexo do desenvolvimento pessoal de todos os itens

anteriores Ou seja, para que este pilar seja executado, todos os anteriores precisam ser cumpridos.

Ele defende que o ser humano precisa se tornar apto a pensar de forma autônoma e crítica, sendo capaz de formular o próprio juízo de valor e sabendo que atitudes tomar ante as circunstâncias da vida.

Em relação a acessibilidade, o Brasil não atende a realidade de todos, segundo os últimos dados do IBGE (2010), praticamente 1/4 da população tem algum tipo de deficiência, o processo de exclusão de pessoas com deficiência é tão antigo quanto a socialização do homem e até aqui pode-se ver, que ainda se está longe de um país melhor, nesta questão.

Tem-se como exemplo a Suécia, país considerado mais preparado em acessibilidade, iniciando um projeto de acessibilidade há duas décadas, com medidas de adaptação pelas cidades do país, calçadas suecas contam com pisos táteis de alerta e direcionais, corrimões e sinalização contrastante em todas as escadas, rampas por todo lugar, meios-fios acessíveis para a entrada de veículos nas paradas de ônibus, alertas eletrônicos que indicam os destinos dos transportes públicos, ônibus e metrô equipados com elevadores, hotéis totalmente acessíveis, entre outras medidas primordiais de inclusão. Até a sociedade está envolvida no projeto e contam com a ajuda de todos para encontrar a melhor maneira de novas adaptações.

O Serviço Social, como profissão é inserida na divisão sócio técnica do trabalho e deve ser entendido a partir das relações de classe estabelecidas pelo modelo societário, o capitalismo.

Segundo Piana (2009), com o surgimento do pauperismo, na Europa Ocidental que emergiu no século XIX e nos dias atuais, forma os novos contornos a partir do amplo cenário formado pelos monopólios e pelo ideário neoliberal. É um grande desafio para o serviço social, por ser uma profissão que requer responsabilidade pela mediação entre Estado, burguesia e classe trabalhadora, no intuito de implantação e implementação das políticas sociais e no enfrentamento da questão social.

Piana (2009) ressalta ainda a crescente participação dos profissionais da área nas esferas estaduais e municipais, onde atuam em equipes interdisciplinares na elaboração de diretrizes e planos para uma educação de acesso a todos os cidadãos. Assim, acredita-se que, nessa tarefa da educação como responsabilidade do Estado, das instituições escolares e da sociedade em geral, inserem-se o pensamento e a ação interdisciplinar, ressaltando-se o compromisso fundamental do trabalhador social, ou seja, do assistente social.

O Profissional de Serviço Social trabalha na realidade social, diante disto, é necessário criar um perfil diferenciado, crítico, reflexivo, propositivo, inovador, e estratégico para conquistas e até mesmo negociações no campo educacional. O Serviço Social na política educacional, como propositor e elaborador de projetos.

É uma grande tarefa ao assistente social, compreender a lógica de formação e decorrer do desenvolvimento da sociedade capitalista e também os impasses dos conflitos sociais, perante o campo de atuação da questão social.

O assistente social:

“Defende o direito ao trabalho e o emprego para todos, a luta pela universalização da seguridade social, com garantia de saúde pública e previdência para todos os trabalhadores, uma educação laica, pública e universal em todos os níveis. (PIANA, 2009, p.56)

O assistente social luta pela garantia dos direitos, obtendo o fortalecimento da classe trabalhadora e na construção de uma sociedade emancipada.

## 2.8. Garantias Legais para Crianças e Adolescentes com Deficiência Física

Em janeiro de 2016 entrou em vigor a Lei 13.146/2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

De acordo com o artigo 1º, a lei destina-se a “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Considera-se pessoa com deficiência, de acordo com o artigo 1º da Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, pessoas com impedimentos de longo prazo, seja de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que podem atrapalhar na plena e efetiva participação desses indivíduos na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Ainda, o artigo 8º do Estatuto da Pessoa com deficiência, diz que é dever do Estado da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, entre outros, a educação, a dignidade e a convivência comunitária.

A educação e um sistema educacional inclusivo é garantido à pessoa com deficiência, devendo, através dela, permitir que a pessoa com deficiência alcance o melhor desenvolvimento possível de suas habilidades, conforme artigo 27 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, devendo o acesso de pessoas com deficiência à educação ocorrer em igualdade

de oportunidade e condições com as demais pessoas, de acordo com o inciso XIII, artigo 28, do mesmo Estatuto.

O direito à inclusão das pessoas com deficiência na educação regular é frisado também na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, sendo que seu artigo 24 dispõe: “Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida..”. Ainda neste mesmo artigo, tem-se:

Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;
- c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;
- d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) aponta em seu artigo 3º que é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Reforça o artigo 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

O artigo 208, inciso III, da CRFB, afirma que o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, entre outros.

### **3. APLICAÇÃO DA PESQUISA**

Conforme foi tratado no capítulo 1, a crise do Feudalismo deu lugar ao Capitalismo pelo mundo. O sistema capitalista traz consigo a exploração do homem pelo próprio homem, onde os meios de produção estão detidos nas mãos de uma pequena minoria e o trabalhador deve vender sua força de trabalho para obter condições mínimas de sobrevivência.

A Revolução Industrial acentuou ainda mais a nova forma de viver da sociedade, aprofundando a divisão social do trabalho e a exploração do trabalhador. Dessa forma, é colocada a luta de classes.

O processo de industrialização e urbanização desencadeou uma grande desigualdade que trouxe consigo diversas consequências. Tais consequências são colocadas como expressões da questão social, tanto na área econômica, quanto política e cultural dos grupos sociais.

No Brasil, com a consolidação da industrialização, a concentração de renda passou a crescer, mas junto disso, cresceram também as desigualdades sociais. A pobreza brasileira hoje é urbana, localizada na periferia das grandes cidades.

#### **3.1. A síntese da inclusão social para crianças e adolescentes com deficiência física**

Uma das expressões da questão social no Brasil é a falta de acessibilidade para crianças e adolescentes com deficiência física no âmbito da educação, com isso, como fruto da questão social, não existe inclusão social para essas pessoas.

Para contextualizar melhor, é necessário compreender o conceito de inclusão social. É a partir do princípio do respeito à diversidade que se firma o conceito de inclusão social. Inclusão social é o conjunto de ações que garante a participação igualitária de todos na sociedade, independente da classe social, da condição física, da educação, do gênero, da orientação sexual, da etnia, entre outros aspectos.

As Políticas Públicas, como responsabilidade do Estado, tem em seu papel poder para definir e gerir as políticas sociais e os direitos que são garantidos para a população. Mas o que acontece é que o Estado muitas vezes somente minimiza e não resolve o problema.

Hoje, por mais que parte das crianças e adolescentes com deficiência física estejam matriculados nas escolas, ainda não existe a inclusão em uma educação participativa, democrática e efetiva.

Existem diversas garantias legais estabelecidas para crianças e adolescentes com deficiência física. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) trouxe grandes avanços para os direitos da pessoa com deficiência, dentre eles a estipulação do Estado, da sociedade e da família como asseguradores da educação, dignidade e convivência comunitária.

A deficiência não é sinônimo de incapacidade e dependência, a exclusão social decorrente de ter uma deficiência e conviver sem autonomia em ambientes com inúmeras barreiras, impede os indivíduos da prática efetiva dos direitos de cidadania e da participação dos processos geradores e distribuidores de bens econômicos, remetendo à situação de opressão. Mas é quando a deficiência se associa à dependência em seus diversos graus, que se coloca de fundamental importância a questão do cuidador. Para as mães cuidadoras, quanto maior o nível de dependência dos filhos, maior a exigência de conhecimento e de cuidados em tempo integral e menor a possibilidade de que elas possam assumir com qualidade, os outros papéis sociais.

### 3.2. Acessibilidade: conceito e propostas

Quando pensamos em acessibilidade na escola, os aspectos arquitetônicos são os primeiros a vir a nossa mente, tais como rampas, piso tátil e barras de apoio. No entanto, a condição que garante o acesso sem barreiras a ambientes, materiais, serviços e informações para qualquer pessoa vai muito além. Envolve também estratégias de comunicação e até mesmo a forma como nos portamos frente às diferenças.

De acordo com a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), toda pessoa com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva) deve ter direito à igualdade de oportunidades assegurada e deve começar ainda na fase escolar, a partir do contato com práticas e metodologias que garantam a acessibilidade na escola.

### A acessibilidade proporciona:

- **Formação de qualidade:** O processo de educar uma criança costuma ser bastante desafiador. A dificuldade aumenta quando os professores não se preparam para atender alunos com diferentes perfis. Tendo conhecimento das diferenças e das necessidades de cada criança, a equipe docente consegue planejar atividades que possam atender a inúmeras especificidades. Esse cuidado contribui para o desenvolvimento infantil na escola e permite aos alunos tirar proveito de conteúdos que são básicos para uma formação de qualidade.
- **Garantia de bem-estar físico e mental:** Em muitos lugares, a deficiência ainda é tratada como um fardo. É preciso mudar essa realidade que exclui indivíduos e que recai no bem-estar físico e mental de muitos grupos da sociedade. A escola tem um papel muito importante na promoção da inclusão social, pois atua diretamente com o público infantil, ou seja, com os futuros cidadãos. Quanto mais preparada e adaptada para receber as crianças, mais contribuirá para a construção de um mundo melhor.
- **Integração entre alunos, pais e professores:** Valorização da diversidade na sala de aula. Ao evidenciar as diferenças e mostrar que elas fazem parte do cotidiano das pessoas, o professor consegue esclarecer conceitos e promover a integração entre alunos. Quando cada integrante da turma sente que é parte importante dentro do grupo, a abertura para discutir e eliminar preconceitos é maior. A mudança de atitudes e a adoção de práticas que permitam respeitar o próximo também devem partir da comunidade, o que envolve pais, funcionários e a equipe de gestão.
- **Participação do indivíduo na sociedade:** A escola precisa estimular pessoas com deficiência da mesma maneira que faz com outros alunos e assim, promover a inclusão social e garantir que cada indivíduo tenha condições de participar da sociedade, seja estudando, seja trabalhando.

- Adequar os espaços da escola: rota acessível a partir de rampa com largura mínima de 80 cm. As rampas de acesso devem estar presentes em todos os andares e apresentar corrimãos. As portas externas e internas largas e maçanetas adaptadas.
- Envolver a família na rotina escolar: A acessibilidade na escola também depende da colaboração dos pais. Uma rápida conversa entre pais e professores deve ser o ponto inicial de uma relação duradoura, que busque o melhor para os pequenos e que vise à garantia do aprendizado. Trata-se de um trabalho em conjunto que deve ser contínuo. Em longo prazo, a parceria trará vários benefícios para o futuro da criança e sua convivência em sociedade.

### 3.3. Acessibilidade na educação pelo mundo

Nas últimas décadas muitos países têm passados por mudanças significativas na compreensão da educação inclusiva nos níveis das leis, dos sistemas de ensino e das escolas e comunidades.

#### 3.3.1. Suécia

A Suécia é uma das nações mais preparadas do mundo no quesito acessibilidade. O país iniciou seu projeto de acessibilidade há duas décadas.

Os técnicos dos Projetos do Departamento de Urbanização da cidade de Estocolmo utilizam a tecnologia em favor da compreensão da situação das pessoas com deficiência, como por exemplo na utilização de óculos para simulação da visão de pessoas cadeirantes, para que possam realmente se colocar na condição de deficiente.

### 3.3.2. Canadá

O Canadá possui um serviço de referência de qualidade em política de inclusão escolar e fornece um investimento alto em educação. As salas de aulas têm, no máximo, 25 alunos cada. Quando há aluno com alguma necessidade especial, o mesmo conta por dois alunos e esse número é subtraído do total de alunos por turma. O currículo acadêmico dos alunos com necessidades especiais é o mesmo dos outros alunos, podendo haver adaptações quando necessário. (PASIAN, 2016)

### 3.3.3. França: Paris é para todos

Paris é uma cidade com construções muito antigas, então nem sempre é possível adaptar sua estrutura para proporcionar acessibilidade para todos, incluindo pessoas com deficiência. Porém a cidade tem feito investimentos e adaptações nesses últimos anos, como ruas com rampas de acesso nas calçadas, ônibus todos adaptados (sendo a melhor opção para cadeirantes). O metrô não é a melhor opção de transporte pra quem tem mobilidade reduzida, pois tem bastante escadas, mas já foi construída a linha 14 da estação completamente acessível, já pensando em pessoas nessas condições. Por ser uma das cidades mais turísticas do mundo, suas ações incentivam as grandes atrações a seguir seu modelo.

Em Paris está localizada a Associação Para Acolher Todas as Crianças (APATE), criada por Cecile Herrou. Esta associação visa combater a exclusão social de crianças nas escolas, por qualquer motivo e especialmente por conta de deficiência.

Um diagnóstico multidisciplinar foi realizado na França e, como resultado disso, o país busca garantir os direitos à educação por meio de um plano personalizado de escolarização, onde será determinado se a criança ou adolescente receberá recursos adicionais de tecnologia assistiva ou a ajuda de um profissional auxiliar de vida escolar. Tais ações são definidas pelos Conselhos Departamentais da Pessoa com Deficiência, onde é estabelecido também se o estudante irá para a classe regular ou para algum dos modelos de classe especial implantados nas escolas regulares.

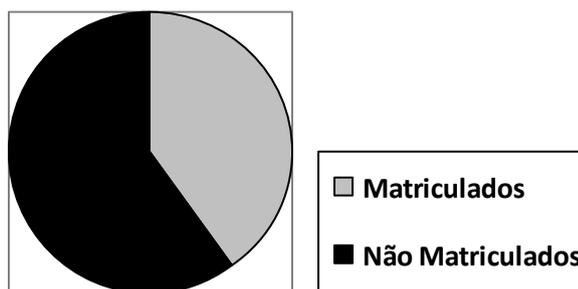
O criador da APATE visa levar cada criança a explorar o seu potencial através de um modelo de educação onde ela possa aprender com as diferenças.

### 3.3.4. Brasil

De acordo com o censo escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), realizado em 2010, o universo de alunos matriculados no país equivale a 54 milhões de pessoas. Os dados do IBGE (2010) apontam que existem aproximadamente 2 milhões e 500 mil pessoas entre 4 e 17 anos de idade que apresentam algum tipo de deficiência, dentre esses, menos de 1 milhão está matriculado nas escolas.

Comparando os dados, percebe-se que mais de um milhão e meio de pessoas na idade escolar com deficiência não tem acesso às escolas. Ou seja, no Brasil, há mais crianças e adolescentes com deficiência fora do ensino regular do que dentro.

**Figura 1 - Evasão escolar de pessoas com deficiência entre 4 e 17 anos**



Analisando os dados no decorrer dos anos, eles mostram o aumento da inclusão de alunos com deficiência no âmbito educacional, o número de matriculados do grupo na educação básica em 2017 foi de 827.243, em 2016 eram 751.065.

Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica 2017, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), o índice de inclusão de pessoas com deficiência em classes regulares, como é recomendado, passou de 85,5% em 2013 para 90,9% em 2017.

Na educação infantil, as matrículas de alunos com deficiência aumentaram, em 2016, eram 69.784 e no ano seguinte passaram para 79.749. Observando o contexto histórico, passamos de 71,7% para 86,8% a inclusão desses estudantes em classes regulares.

No ensino fundamental, o percentual de matrículas de alunos com deficiência em relação ao total é de 2,8%, índice maior que no médio. Enquanto em 2016 o número de matrículas era 709.805, já em 2017 passando para 768.360.

Referente ao ensino médio, em 2013 conseguiu quase dobrar o número de pessoas com deficiência matriculadas, passando de 48.589 para 94.274 em 2017. Mas esse grupo

ainda corresponde a um percentual insignificante do total de matrículas na etapa, apenas 1,2%.

A maior parte dos alunos com deficiência, no entanto, não tem acesso ao atendimento educacional especializado. Somente 40,1% conseguem utilizar o serviço.

E também temos o problema da falta de estrutura das escolas que ainda é insuficiente para atender a população. Somente 26,1% das creches e 25,1% das pré-escolas têm dependências e vias adequadas a alunos com deficiência, conforme dados do censo.

Os dados indicam que os alunos com deficiência mantêm a preferência pelo ensino regular porque neste contexto há mais oportunidades de socialização e participação em atividades antes não realizadas, porém, queixam-se da falta de recursos adaptados que os auxiliem na aquisição de conhecimento e envolvimento com os conteúdos curriculares; expressam descontentamento com a discriminação e desvalorização por parte de colegas e professores.

### 3.4. Serviço Social na garantia de direitos da criança e do adolescente com deficiência física

No Brasil, a Constituição Federal, decretada em 05 de outubro de 1988, contribuiu para o avanço e a legalização dos direitos da pessoa portadora de deficiência, na área da Assistência Social (Art. 203, IV, V); da Educação (Art. 208); da Família da Criança, do Adolescente e do Idoso (Art. 227, §1º e 2º) e outros.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, aprovada em 07/12/1993, regulamenta a Política de Assistência Social e inclui como um dos seus beneficiários específicos, a pessoa com deficiência. Os objetivos da Assistência Social consistem na habilitação e na reabilitação, bem como a promoção de sua integração à vida social. (art. 2º IV) e implementar o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Em 1993, a Câmara Federal Projeto de Lei nº 101, aprova a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estabelecendo atendimento educacional especializado às pessoas portadoras de deficiência, de preferência na rede regular.

São avanços significativos na trajetória histórica para pessoas portadoras de deficiência física, mas não suficientes. Há muito a ser mudado, conquistado e diversas barreiras a serem eliminadas, pois o preconceito ainda existe e mesmo com dispositivo legais há grande rejeição da criança e adolescente portadora de deficiência física por parte das escolas de ensino regular.

Para Mazzota (1999), a trajetória histórica sobre inclusão de pessoas portadora de deficiência passou de marginalização para assistencialismo e deste para a educação, reabilitação, integração social e atualmente a inclusão social.

O Assistente social atende às demandas e necessidades sociais de seus usuários, construindo resultados concretos nas dimensões materiais, sociais, políticas e culturais da vida da população, facilitando seu acesso às políticas sociais, ou seja, tem o compromisso de garantir e verificar alternativas para viabilizar os direitos das pessoas.

### 3.5. Atuação do Serviço Social frente a inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas

A atuação profissional voltada para a garantia do acesso à educação tem sido a marca principal da inserção de assistentes sociais na Política de Educação.

O Serviço Social no âmbito da política de educação representa um instrumento social que compreende a escola como um espaço social. A educação é um processo construído socialmente. É uma dimensão complexa e fundamental para vida social, que envolve o sujeito, a família, a política e a escola.

O assistente social pode dedicar maior atenção ao trabalho de socialização, sensibilização, informação, capacitação e organização da comunidade escolar (pais, alunos, professores). É possível optar por uma prática política com os sujeitos, sem se perder somente na relação necessidades/benefícios. Como a educação atinge as crianças e adolescentes, a escola tem que ser integrada socialmente entre o território, aluno, família e ambiente escolar. É um trabalho socioeducativo, com uma perspectiva do conhecimento e cidadania. São duas educações diferentes: de um lado a educação formal, ou seja, a que está dentro no âmbito educacional e do outro lado a educação do ambiente familiar. Tais educações são diferentes, porém se completam como eixos norteadores que integram o aluno, a família e a escola.

O assistente social contribui com o projeto específico de inclusão social na perspectiva da educação. A dificuldade não está na criança, e sim no conjunto dos profissionais e da equipe. É uma questão de alta complexidade e que necessita a intervenção multidisciplinar envolvendo profissionais como o assistente Social, educadores, psicólogos e outros. Quanto antes a inclusão for feita (no sentido de idade do usuário), mais rápido é o seu desenvolvimento, a inclusão e concepção que as pessoas adotam. As outras crianças precisam entender, aceitar e levar isso para o seu convívio. Desmistificar o fato de que qualquer criança pode frequentar a escola comum.

O Serviço Social contribui também na elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, interação com a família, visa sensibilizar as famílias sobre o seu papel e responsabilidade com a educação e formação de seus filhos; elaboração e desenvolvimentos de programas específicos nas escolas com inclusão social; articulação com

instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, podendo encaminhar alunos e pais para atendimentos de suas necessidades; empreendimento e execução de planos, programas e projetos, visando que os direitos das crianças e adolescente sejam garantidos.

O direito à educação é garantido em dispositivos legais, como a Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente 8.069/90 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, leis que garantem o direito ao acesso e a permanência na escola, possibilitando a formação do sujeito para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua atuação na sociedade. É necessário que esses direitos sejam perseguidos por todos os profissionais envolvidos na área da educação e assim podendo garantir o pleno desenvolvimento da criança e adolescente e também contribuindo em sua formação para exercer a cidadania.

Na política da educação, o profissional do Serviço Social, trabalha para que as crianças, adolescentes e suas famílias em vulnerabilidade social tenham acesso aos direitos, desde que estejam nas condições exigidas para o recebimento dos benefícios. O assistente social deve ser um agente crítico envolvido nas lutas sociais, atuando com usuários das políticas públicas e assim podendo elaborar, executar e dessa maneira, as tornando acessíveis.

Conforme as competências previstas na Lei 8.662/93, artigo 4º de Regulamentação da Profissão, cabe ao assistente social:

II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação.

III – encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.

V – Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais (BRASIL, 1993).

A atuação do profissional de assistência social perante a educação inclusiva é desenvolver atividades pautadas na ética, em favor da equidade e justiça social, que assegure

universalidade de acesso aos bens e serviços e a efetivação de direitos enquanto cidadãos, buscando a inclusão social.

Nessa ótica, atribui para assistente social habilidade para propor e implementar políticas públicas no atendimento das pessoas com deficiência:

Trabalhar junto das pessoas portadoras de deficiência é atuar na perspectiva de garantia de direitos historicamente constituídos, modificando a realidade, transformando o sujeito em autor de sua história, instigando autonomia. Ressalta-se a importância da constante e permanente formação técnica do assistente social, garantindo o aprimoramento de competência técnica, operativa e intelectual, consolidando assim o compromisso político com as pessoas portadoras de deficiência (TAVARES, 2010, p. 236 apud, MUNHÓS; PEREIRA, 2015, p.10).

Um ponto relevante, são os projetos sociais que os assistentes sociais desenvolvem, é uma prática ativa nas ações elaboradas nos projetos sociais, seja na elaboração do projeto, nas visitas e entrevistas com o público alvo e nas ações educativas propostas, juntamente com o público alvo, o assistente social promove autonomia, vínculos familiares, e cidadania. (IAMAMOTO, 2009).

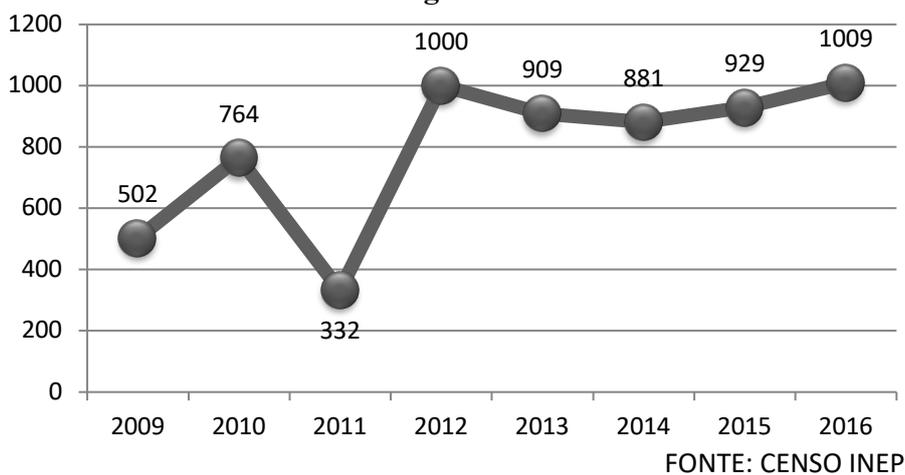
#### 4. RESULTADOS

De acordo com dados apontados pelo Programa Santos Acessível, 22% da população possui alguma deficiência, dentre essas, 25% são deficiências físicas.

Como o Estado não responde às demandas da sociedade de crianças e adolescentes com deficiência física em Santos através das Políticas Públicas, alguns projetos foram estabelecidos através do terceiro setor, como o Programa Santos Acessível e a Casa da Esperança de Santos. Mas todos ainda em caráter filantrópico e não com vistas na emancipação e na garantia de direitos à acessibilidade e inclusão social no âmbito da educação para crianças e adolescentes com deficiência física.

Abaixo segue alguns dados demonstrados através de gráficos relacionados com a acessibilidade e a inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência física nas escolas públicas de Santos:

**Figura 2 - Alunos de Inclusão Atendidos em Classes Regulares**



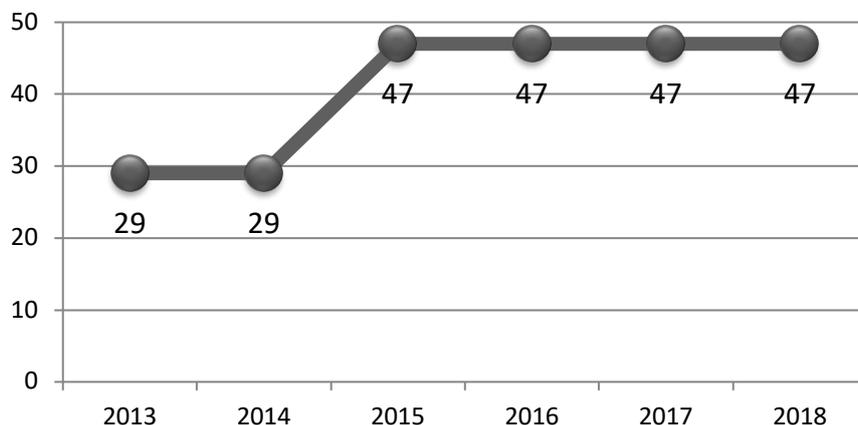
**Tabela 4 – Total de alunos matriculados em classes regulares x Alunos de inclusão atendidos em classes regulares**

<b>ANO</b>	<b>Total de alunos matriculados em classes regulares</b>	<b>Alunos de inclusão atendidos em classes regulares</b>
<b>2009</b>	25.574	502
<b>2010</b>	27.250	764
<b>2011</b>	27.756	332
<b>2012</b>	28.466	1.000
<b>2013</b>	25.473	909
<b>2014</b>	27.120	881
<b>2015</b>	28.457	929
<b>2016</b>	27.794	1.009

O termo alunos de inclusão se refere a diversos fatores, dentre eles, a deficiência física. Como pode ser visto no gráfico representado na figura 2 e na tabela 4, o número de alunos de inclusão atendidos em classes regulares dobrou de 2009 até 2016, mostrando que alguns progressos já foram alcançados, porém há ainda um longo caminho a ser percorrido.

Outro fator que se percebe na tabela é que os alunos de inclusão representam aproximadamente 4% do total de alunos matriculados em classes regulares. Sendo assim, alunos de inclusão são minoria nas escolas e a exclusão social sempre acontece com minorias.

**Figura 3- Número de escolas com salas de recursos multifuncionais para AEE (Atendimento Educacional Especializado)**



Fonte: Diretoria Regional de Ensino do Estado + SEDUC

**Tabela 5 – Total de escolas na rede pública de Santos x Escolas com salas de recursos para AEE**

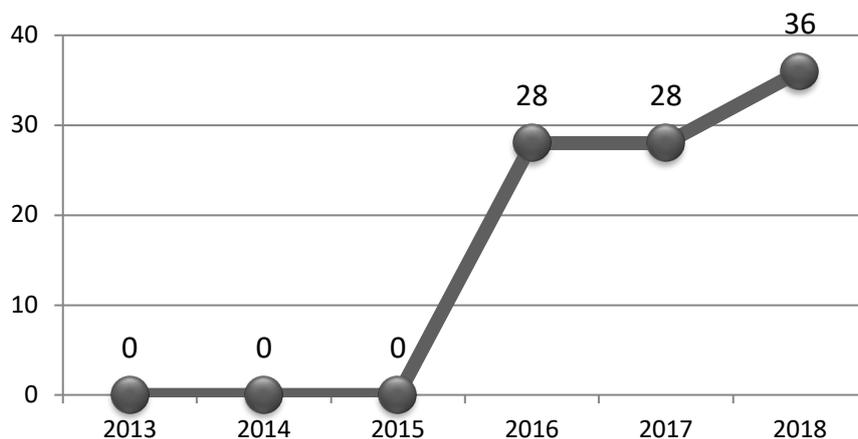
ANO	Total de escolas na rede pública de Santos	Escolas com salas de recursos para AEE
2013	80	29
2014	79	29
2015	80	47
2016	81	47
2017	81	47
2018	81	47

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), cujos dados estão representados na figura 3 e na tabela 5 acima, é um serviço da educação que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento, que beneficia tanto o aluno quanto o professor da sala de aula comum, deve ocorrer no contraturno escolar. O especialista do AEE faz a ponte entre o aluno e o professor da sala de aula comum,

permitindo uma troca de experiência que contribua nesse processo educacional e em todo o contexto escolar, assim como a inserção na sociedade.

Alunos com deficiência física fazem parte do público-alvo do atendimento, que é garantido por lei através do decreto nº 7.611 de 2011. Portanto, todas as escolas deveriam ser equipadas com o AEE e assim, garantir os direitos das crianças e adolescentes com deficiência nas escolas. Porém o que percebemos no gráfico e na tabela acima é que pouco mais da metade das escolas são equipadas com o AEE.

**Figura 4- Número de escolas que possuem banheiros, dependências e vias adequadas a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida**



Fonte: Diretoria Regional de Ensino do Estado + SEDUC

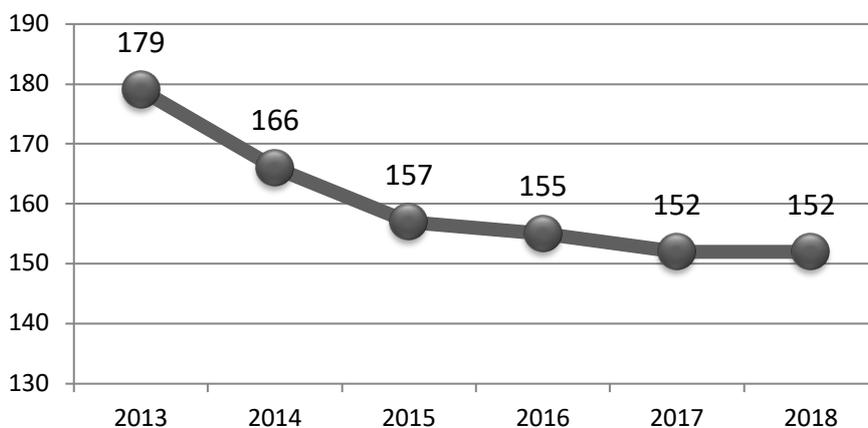
**Tabela 6 – Total de escolas na rede pública de Santos x Escolas com dependências adaptadas**

ANO	Total de escolas na rede pública de Santos	Escolas com dependências adaptadas
2013	80	0
2014	79	0
2015	80	0
2016	81	28
2017	81	28
2018	81	36

Os números mostrados no gráfico representado na figura 4 e na tabela 6 acima são assustadores e revelam que, até 2015, não haviam escolas com banheiros, dependências e vias adequadas a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Ou seja, até quatro anos atrás, os alunos com deficiência física não tinham condições acessíveis para utilizar o banheiro ou até mesmo para chegar até a sala de aula. De 2016 para cá, o número de escolas com dependências adaptadas vem crescendo, porém ainda precisamos alcançar o número de 100%

para que todos os alunos com deficiência física possam ser efetivamente incluídos nas escolas públicas de Santos.

**Figura 5- Número de professores da educação básica com formação em educação especial**



Fonte: Diretoria Regional de Ensino do Estado + SEDUC

**Tabela 7 – Total de professores da educação básica x Professores com formação em educação especial**

ANO	Total de professores da educação básica	Professores com formação em educação especial
2013	3.019	179
2014	3.058	166
2015	3.053	157
2016	3.058	155
2017	3.080	152
2018	3.076	152

Os dados apresentados na figura 5 e na tabela 7 acima demonstram a falta de profissionais qualificados para atuar junto à inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência física nas escolas públicas de Santos. Os professores com formação em educação especial representam apenas 5% do total de professores da educação básica e a preocupação é

ver que esse número tem diminuído ao invés de aumentar. A falta de professores qualificados para atender a demanda de alunos com deficiência física é um dos fatores mais importantes que causam a exclusão social dessas pessoas.

## 5. CONCLUSÃO

A escola é o primeiro lugar onde uma pessoa estará em contato com a sociedade, depois do ambiente familiar, é o principal espaço de interação social de uma criança e adolescente. O desenvolvimento dessa pessoa está diretamente ligado ao nível desta interação. Se o ambiente escolar proporcionar um bom convívio através de boas experiências, o desenvolvimento será positivo, mas se as experiências forem ruins, o desenvolvimento poderá ser negativo e essa pessoa pode ser seriamente prejudicada.

No caso de crianças e adolescentes com deficiência física não é diferente. Se ao chegarem à escola, sentirem-se ameaçados por sua condição sofrendo preconceitos e sendo excluídos socialmente, o seu desenvolvimento social estará seriamente comprometido. Porém, se essa criança ou adolescente encontrar na escola seu ambiente de interação social, de maneira desimpedida, ela crescerá sabendo que é uma pessoa de direitos assim como todas as outras e que a sua deficiência física não a impede de se desenvolver, crescer e se emancipar.

Ao estudar sobre o assunto, percebeu-se que as garantias legais a respeito da inclusão social da criança e do adolescente nas escolas são bem colocadas, porém ao analisar na prática através de dados qualitativos e estatísticos, foi identificado que, apesar de constar em diversas leis, o direito, muitas vezes, acaba não sendo efetivado na vida destes usuários.

A questão da inclusão social nesse aspecto ainda não é suficiente, mas já alcançou grandes avanços ao se comparar com mais ou menos dez anos atrás. Hoje existem alguns programas e projetos em Santos voltados para crianças e adolescentes com deficiência física nas escolas, porém a maioria ainda com caráter filantrópico. Há ainda um longo caminho a ser percorrido para que os direitos sejam realmente garantidos e a inclusão social e a acessibilidade sejam efetivas nas escolas públicas de Santos.

A hipótese foi totalmente alcançada, onde pudemos verificar que existe a necessidade de maiores investimentos nas políticas sociais para a área de educação para pessoas com deficiência física, tanto na implementação de políticas públicas, quanto na capacitação profissional e na infraestrutura, onde todos esses fatores somados podem promover uma verdadeira inclusão social.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Adv COMM. **Suécia: um país exemplo em acessibilidade.** Disponível em: <<http://www.advcomm.com.br/suecia-um-pais-acesivel/>>. Acesso em: 01 set. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL, DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011 – **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências,** 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, DF: Ministério da Justiça, CONANDA, 2000.

BRASIL, Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2015.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social.** 2.ed. Brasília, DF: MPAS, SEAS, 2001.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC.** Brasil: IBGE, 2010.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Secretaria De Estado Dos Direitos Da Pessoa Com Deficiência.** Brasil, IBGE, 2010.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir.** Faber Castell, Brasília, 2010.

DOBB, Maurice. **A transição do feudalismo para o capitalismo.** Traduzido por Isabel Didonet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 247 p. (Pensamento crítico; 18).

ENGELS,F.. A Situação da Classe Operária na Inglaterra. **Obras Escolhidas.** Ed.Alfa-Omega.São Paulo,SP, 1985

FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando em Silêncio: Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz Editora, 2008.

IAMAMOTO, M.V. **A questão social no capitalismo**. Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. Editora Atlas, São Paulo, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 2 ed. São Paulo: Cortez; 1999.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SILVA, Marcela Mary José. **Serviço Social na Educação: teoria e prática**. 2 ed. Campinas: Papel social, 2016.

TRUJILLO FERRARI, Alfonso. **Metodologia da ciência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974. Capítulo 1.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 143p

## **ANEXO A – LEI Nº 13.146/2015: Estatuto da Pessoa com Deficiência**

### **TÍTULO II - DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DO DIREITO À EDUCAÇÃO**

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

## XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; (Vigência)

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (Vigência)

Art. 29. (VETADO).

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

## **ANEXO B – LEI Nº 9.394/1996: Diretrizes e Bases da Educação Nacional**

### **TÍTULO V - Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino**

#### **CAPÍTULO V**

#### **DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado. (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no caput deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o caput serão definidos em regulamento.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)